

APRESENTAÇÃO

Trata-se de orientação sobre a realização de **Ação Educativa: COVID-1 e suas repercussões sobre os contratos e a responsabilidade civil**, com articulação de ações semelhantes voltadas ao aperfeiçoamento de magistrados – que, em caso de entrega de atividade específica (conforme orientado no **item 4** deste documento), poderão ser certificados. **Para isso, contarão com a diversificação de ações, tais como: webinário ou mesas redondas/debates, com videoaulas temáticas gravadas e ao vivo, fóruns e entrega de atividade, como um produto de reflexão/orientação** que poderá ser relevante para reorientar prática judicante em tempos de pandemia, considerando o surgimento das novas demandas judiciais.

O aperfeiçoamento tem o foco em temas/assuntos de aspectos desafiadores da prática e a finalidade de auxiliar a reorientar o trabalho judicante neste momento da Covid-19. Será desenvolvido na modalidade a distância, com **carga horária variável e temas relativos à prática judicante em processos específicos**, conforme conteúdos e programação apresentados neste documento.

As ações educativas aqui mencionadas são detalhadas na parte metodológica deste projeto e disponibilizadas para acesso/realização pelos magistrados na plataforma que está hospedada no sítio da Enfam, no endereço: <https://www.enfam.jus.br/portal-covid19/ead/>. O referido espaço é destinado às informações específicas de cada ação e traz mais orientações sobre os procedimentos de inscrição e participação.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

- Aperfeiçoar a prestação jurisdicional no dia-a-dia, mediante sensibilização e capacitação técnica para a aplicação e articulação de diversas leis no âmbito do direito civil, direito do consumidor, direito empresarial, entre outras.

Objetivos Específicos:

- Compreender os conceitos de impossibilidade e incerteza do cumprimento ou de utilidade da prestação e identificar a questão da responsabilidade do devedor pelo cumprimento.

- Identificar as balizas da responsabilidade civil do Estado pelos danos causados aos particulares com a imposição de medidas de polícia para a contenção ou retardamento da epidemia ou pela omissão na sua adoção.
- Identificar o regime de responsabilidade a ser empregado para a solução do caso em julgamento.

CONTEÚDOS

1. Unidade 1 - Cumprimento dos Contratos em razão das repercussões da pandemia coronavírus e a Responsabilidade do Devedor

- 1.1 Impossibilidade de Cumprimento
- 1.2 Incerteza de cumprimento ou de utilidade da prestação
- 1.3 Expectativa Legítima de Cumprimento

2. Unidade 2 - Responsabilidade do Estado por danos aos particulares

- 2.1 Requisitos para a Caracterização da Responsabilidade Civil
- 2.2 Medidas de polícia x Direitos Fundamentais
- 2.3 Excesso
- 2.4 Desvio de Finalidade
- 2.5 Excesso de Poder
- 2.6 Omissão Específica do Agente

3. Unidade 3 - Responsabilidade do fornecedor por danos ao consumidor

- 3.1 Acidente de consumo por caso fortuito ou de força maior (regime do fato do produto ou do serviço)
- 3.2 Contratos de Consumo (regime de responsabilidade pelos vícios de produto ou do serviço)
- 3.3 Regime Geral de responsabilidade por inadimplemento da obrigação

METODOLOGIA – ARTICULAÇÃO DE AÇÕES

A **Ação Educativa**, para fins de **certificação**, será desenvolvida com a articulação de [Webinário \(mesa redondas/de debates\)](#) e [Fóruns de Discussão](#) (disponíveis no “Centro de Apoio à Magistratura Brasileira – COVID-19”, plataforma digital. Contará também com **tarefa individual** (a ser entregue pelo [EducaEnfam](#)).

O participante deverá participar das seguintes etapas:

- I. **Webinário**, realizado conforme programação. Será desenvolvido com vídeos gravados, disponíveis em: <https://www.enfam.jus.br/videoteca/> e/ou, também, com videoaulas *on-line*. Todas as aulas ficarão disponíveis para visualização em outros momentos.

- II. **Fóruns de Discussão** – ação educativa de apoio ao trabalho do magistrado – disponível em: <https://www.enfam.jus.br/foruns/> – com o propósito de contribuir com informações e discussões específicas, fomentando debates relativos aos problemas surgidos com a COVID-19. O cursista será avaliado pela participação nos fóruns, com postagens, durante o período de pelo menos **5 dias corridos** ou alternados.

Acontecerão da seguinte forma:

- Os fóruns serão disponibilizados ao longo das semanas seguintes, na página da Enfam, plataforma do Centro de Apoio aos Magistrados à COVID-19: <https://www.enfam.jus.br/foruns/>, até o dia 24/7;
- Cada aluno deverá participar dos fóruns com, **pelo menos, cinco postagens em dias corridos ou alternados ao longo do período**, não havendo necessidade de postagens diárias.

- III. **Atividade Individual (Registro Reflexivo** – pelo [EducaEnfam](#)) – poderá ser produto para alimentar o repositório sobre COVID-19, conforme análise/parecer avaliativo da coordenação científica. Poderá, por exemplo, contribuir para a elaboração de guia prático/produção de material para orientar a prática profissional. Etapa que se caracteriza como fundamental para avaliar os resultados das aprendizagens, considerando a participação nas ações anteriores. A entrega dessa atividade final **é requisito para certificação**.

Os procedimentos para inscrições em cada uma das ações, descritas anteriormente, serão divulgados na plataforma:

<https://www.enfam.jus.br/portal-covid19/>.

ATIVIDADES PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO

O cumprimento das **3 etapas (ações descritas no item 4)** é requisito para **certificação** para fins de promoção/vitaliciamento. Nessa convergência, as atividades a serem realizadas, além **de acesso ao webinar**, serão as seguintes:

1. Participação em **Fóruns de Discussão**: participar com postagens, por 5 dias corridos ou alternados, de acordo com o tema de interesse.
2. Elaborar e entregar um **Registro reflexivo**, da seguinte forma:

Apresentação da atividade:

Registro Reflexivo

A atividade consiste em apresentar a solução de um problema específico percebido na prática judicante em decorrência da pandemia (COVID-19), tendo como referência fundamentos ancorados em temas de webinar (videoaulas), materiais e fóruns disponibilizados pela Enfam na plataforma do Centro de Apoio à Magistratura.

Desenvolvimento:

O registro deverá ser realizado com o foco em um tema/problema específico, bem como ser desenvolvido de forma a apontar soluções cabíveis para auxiliar os magistrados em aspectos da prática judicante, de modo a contribuir para orientar e promover mudanças do trabalho em tempo de pandemia.

Aspectos a considerar no desenvolvimento do texto:

1. Identificação do problema e tema referentes às demandas surgidas com a pandemia (COVID-19), que afeta o trabalho judicial;
2. Proposições/estratégias que sirvam para incentivar a análise crítica, a autonomia e criatividade no trabalho;
3. Orientação/sinalização que contribua para o desenvolvimento de hábitos e estratégias/técnicas de estudo/trabalho que possibilitem maior aproveitamento do tempo/ações rápidas, contextualizadas e bem fundamentadas;
4. Indicação de ferramentas e de recursos que facilitem o trabalho e a resolução de problemas semelhantes ao identificado;
5. Estratégias efetivas que contribuam com processo de aprendizagem e de trabalho em tempos de pandemia/mudanças.

Certificação:

Os **magistrados participantes** que realizarem as **atividades propostas** terão direito à **certificação das horas para fins de promoção/vitalicamento**. Nesse caso, os certificados serão disponibilizados na Plataforma da Enfam oportunamente após a entrega do Registro Reflexivo (será encaminhado e-mail informando da disponibilidade do certificado).

Para **envio de Registro Reflexivo** e **para a emissão do certificado**, é necessário realizar o seguinte procedimento:

1. Acessar o sistema EducaEnfam, por meio do *link* <http://educa.enfam.jus.br>;

2. Na tela inicial do sistema, preencher os campos da seguinte maneira:
 - a. *Login*: CPF ou *e-mail* do participante;
 - b. Senha: a senha anteriormente cadastrada no sistema.
3. Após o preenchimento dos campos, clicar o botão Entrar.

MINICURRÍCULO DAS FORMADORAS

Conteudista/expositor:

Bruno Miragem – Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Especialista em Direito Internacional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Especialista em Direito Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no curso de graduação e no Programa de Pós-Graduação em Direito, nas disciplinas de Direito Civil e Direito Empresarial. Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito do Consumidor e Direitos Fundamentais da UFRGS. Advogado e parecerista em Porto Alegre, especialista em Direito do Consumidor, Direito Civil, Direito Econômico, Direito Administrativo e Direito Constitucional.

Coordenadora do curso:

Ana Rita de Figueiredo Nery – Doutora em Direito do Estado (USP). Pós-Graduação em Direito da Administração Pública (UFF) e em Direito para a Carreira da Magistratura (EMERJ). Professora Assistente da Escola Paulista de Magistratura (EPM). Juíza de Direito.

Mais informações, entrar em contato com Equipe de Desenvolvimento:

cdae@stj.jus.br

Coordenadoria de Planejamento e Avaliação de Ações Pedagógicas/Equipe Enfam:

cpap@enfam.jus.br